



DESENVOLVER PARA INCLUIR: EXCLUSÃO, EFEITO COLATERAL DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL¹

DEVELOP TO INCLUDE: EXCLUSION, COLLATERAL EFFECT OF THE EDUCATIONAL DEVELOPMENT PROCESS

Candisse Schirmer²
Dinora Tereza Zucchetti³

RESUMO

O ser humano carrega consigo uma chama que o instiga e fascina ao passo que por ela é consumido. Essa centelha o impele a superar obstáculos e alçar voos rumo a novos desafios. De todas as capacidades desse ser à de acumular conhecimento merece destaque. Esta palavra, conhecimento, resume um conceito: ato ou efeito de conhecer, e o conhecimento, sendo gênero, vem sendo adquirido ao longo do tempo tanto pelo anseio humano na busca incessantemente por respostas quanto através de sua luta na superação de desafios. Nesse prisma, talhamos do gênero a espécie e projetamos na lousa imaginária para cristalina apreciação do ramo do conhecimento com o qual se pretende trabalhar, a Educação. Logo, ao se analisar a Educação percebe-se os desafios que esta enfrenta na atualidade e enfrentará no futuro, dentre os quais citam-se, a inclusão social, bem como a busca por instrumentos que tornem viáveis a operacionalização de políticas públicas. Para a realização desse artigo, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, método de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Desafios; Educação; Inclusão Social; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The human being carries with him a flame that instigates and fascinates him while it is consumed by it. This spark drives him to overcome obstacles and take flights to new challenges. Of all the abilities of this being to accumulate knowledge deserves prominence.

¹ O presente artigo científico é fruto da disciplina intitulada Desigualdade e Inclusão (Programa de Doutorado/FEEVALE), ministrada pelas Professoras Dinora Tereza Zucchetti e Eliana Perez Gonçalves de Moura em 2016/1.

² Autor. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. Mestre em Direito pela Unisc. Professora e Coordenadora do Curso de Direito da FADISMA. Email: candisseschirmer@gmail.com

³ Orientador. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul (1986) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). É professora titular da Universidade Feevale no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Email: dinora@feevale.br



This word, knowledge, sums up a concept: act or effect of knowing, and knowledge, being gender, has been acquired over time both by human longing in search incessantly for answers and through its struggle to overcome challenges. From this point of view, we cut the genus from the species and projected it on the imaginary slate for a crystalline appreciation of the branch of knowledge with which we intend to work, Education. Therefore, when analyzing Education, one can perceive the challenges that it faces in the present and will face in the future, among which are mentioned, social inclusion, as well as the search for instruments that make viable the operationalization of public policies. For the accomplishment of this article, the method of deductive approach, method of monographic procedure and the technique of bibliographic research were used.

Key-words: Challenges; Education; Social inclusion; Public policy.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade se encontra ancorada em profundo estágio de desenvolvimento, verdadeiro frenesi de descobertas tecnológicas e científicas, alçadas a todo o espectro do conhecimento, da economia e da política, do direito e da educação, bem como do meio social e dos ramos da informação.

Nesse momento, o ser humano vem a adquirir consciência de sua metamorfose conceitual, passando por incontáveis transformações, reinventando paradigmas como condição de progresso.

Assim, como aventureiro que se vê desafiado a cruzar o desfiladeiro, hoje se vê a educação desafiada a solucionar questões em todas as particularidades da vida e do cotidiano passando tanto pelo campo intelectual, espiritual como pelo existencial.

Já no que tange a inclusão social, esta tem a sua frente um desfiladeiro repleto de demandas escarpadas e escorregadias, restando então analisar quais obstáculos que estão a motivar tais desafios perscrutando todas as possibilidades para superá-los agregando e se necessário for reinventando o conhecimento.

Sob tal ótica, delineiam-se as políticas públicas, resignificadas, ou seja, não limitando o foco, ao vislumbrar apenas parte de um cenário muito mais rico e complexo, quiçá, inviabilizando o sucesso ou gerando soluções meramente paliativas.



A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela afasta-se dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

1 EDUCAÇÃO E SUAS ACEPTÕES NO CONTEXTO HISTÓRICO

A compreensão do termo educação deve ser acompanhada em toda a sua trajetória, desde os tempos em que era definida apenas por aspectos culturais até a sua confirmação como direito do ser humano, o qual foi conquistado, não sem luta pelos ideais que fazem do homem em si um ser singular.

A educação, a aquisição de conhecimento e a devida utilização deste permitem ao ser humano um salto evolutivo de geração a geração. Esse salto é possível, uma vez que os indivíduos de hoje aprendem teoricamente o que outros, em época anterior, aprenderam na prática, através da experiência.

O agir comunicativo da sociedade encontra-se demarcado pela cultura por meio das formas de relações entre as pessoas. Na remota antiguidade, o aprendizado era desenvolvido pela coleta, através dos sentidos, de dados disponíveis no dia a dia das comunidades. Assim, ao observar, as pessoas iam assimilando conhecimento necessário para se comunicar em sociedade.

A palavra falada foi a primeira tecnologia comunicacional adotada pelo homem. Não é por acaso que a cada dia sabe-se mais sobre a natureza humana, por meio de novas formas de expressão que avançam sobre o que é conhecido. Isso é perceptível em culturas pré-letradas, nas quais a tradição oral era muito forte, estando o olho subordinado ao ouvido.

A chegada da escrita representou uma concorrência ao modo existente; logo, a imprensa dilatou a intensidade da visão, ampliando a sua materialização, além do ouvido para o realmente visível, surgindo à seguinte indagação: “por que não poderia a tradução, ora em



curso, de nossas vidas sob a forma de informação, resultar numa só consciência do globo inteiro e da família humana?” (MCLUHAN; PIGNATARI, 1999, p. 81).

Nesse contexto, está-se diante da aldeia global, expressão emblemática trazida por McLuhan que relaciona que o homem pós-letrado reduz-se às proporções de uma aldeia⁴, onde tudo acontece ao mesmo tempo para todos. (MCLUHAN; CARPENTER, 1974).

A capacidade de se comunicar apresenta-se como característica inerente ao ser humano, cuja expressão sempre impulsionou o desenvolvimento e, por conseguinte, acabara por moldar a sociedade. Segundo McLuhan e Fiore (1969, p. 36), “o alfabeto e a tecnologia da imprensa fomentaram e encorajaram um processo de fragmentação, de especialização e de alienação”.

À evidência, o alfabeto, dentre os meios de comunicação, representa uma tecnologia naturalmente absorvida pelas crianças quase que por osmose. E nesse processo do desenvolvimento, elas, a partir das palavras e seus significados, são predispostas a pensar e agir de maneira automática.

Vivarata indica que os “seis primeiros anos são fundamentais na vida de uma criança. Trata-se de uma fase decisiva para que meninos e meninas desenvolvam suas habilidades lógicas, musicais, comunicativas, emocionais, motoras e de convívio social” (2003, p. 12). Pode-se denominar de “janelas de oportunidades” em que o “cérebro precisa de estímulos para criar ou fortalecer algumas estruturas duradouras” (2003, p. 79).

Por óbvio, no mundo, nada é imutável. Tudo se adapta buscando tornar o caminho da evolução mais acessível aos seres humanos. O mesmo não poderia deixar de acontecer com o conceito educação que evoluiu ao longo do tempo buscando adaptar-se com as novas visões, tendências, necessidades.

Nesse sentido, é possível afirmar que a educação está diante de desafios constante aliada aos métodos educacionais, haja vista que a escola necessita (re)pensar a formação dos seus alunos. O questionamento decorrente da teoria da reprodução está presente. “Como

⁴ São exemplos representativos de dois momentos distintos: a televisão no passado e a internet no presente, pois dão a característica de simultaneidade aos acontecimentos, fatos e eventos dessa aldeia global.



pensar, então a escola e como fazê-la. Seria um caminho a proposta de desescolarização de Illich (1971)? Ou a pedagogia de libertação de Freire (1975)?” (BOTOMÉ, 1994, p. 89).

Há muitas expressões em uso na escola contemporânea que podem ser examinadas com algum cuidado para evidenciar no que e quanto podem ser úteis ou servir de “biombo” para práticas educacionais e sociais nem sempre defensáveis. Tais expressões revelam tendências da escola atual e contém possibilidades de equívocos que, muitas vezes, são o que predomina no que as escolas tentam fazer em relação a essas expressões. O exame de algumas delas pode auxiliar na percepção do que é possível fazer para superar o risco de equívocos que elas podem conter.

Uma dessas expressões é “a escola deve preocupar-se em atender às necessidades do aluno”. De imediato parece útil examinar “o que são essas necessidades dos alunos?” Como são descobertas e definidas? Como são consideradas no trabalho educacional? Quanto pesam na definição do que deve ser feito pela escola? No conjunto, e em cada tipo de necessidade em particular? (BOTOMÉ, 1994, p. 57).

Para Ferraro (2004, p. 13) “há que transformar a escola. Há que revolucionar a lógica do seu funcionamento”. Nessa senda, almeja-se a busca por uma mudança completa na sistemática atualmente adotada, capaz de suprimir tanto falhas quanto as necessidades.

Nas palavras de Santos (2011, p. 48) “a ciência, o direito, a educação, a informação, a religião e a tradição estão entre os mais importantes espelhos das sociedades contemporâneas. O que eles reflectem é o que as sociedades são”.

Há duas diferenças fundamentais entre o uso dos espelhos pelos indivíduos e o uso dos espelhos pela sociedade. A primeira diferença é, obviamente, que os espelhos da sociedade não são físicos, de vidro. São conjuntos de instituições, normatividades, ideologias que estabelecem correspondências hierárquicas entre campos infinitamente vastos de práticas sociais. São essas correspondências e hierarquias que permitem reiterar identificações até ao ponto de estas se transformarem em identidades. A segunda diferença é o que os espelhos sociais, porque são eles próprios processos sociais, têm vida própria e as contingências dessa vida podem alterar profundamente a sua funcionalidade enquanto espelhos [...]. (SANTOS, 2011, p. 48).

Discorrendo-se de maneira figurativa, encontra-se, nas características reflexivas de um espelho, paralelo ideal a exemplificar a projeção do que se vê de uma sociedade quando a ele exposto.

Todavia, e de outra forma não poderia ser, diferentemente de um espelho físico e vitrificado, o espelho posto frente à sociedade trata-se de um espelho orgânico, mutável, fluido, reunindo predicativos capazes de a um só tempo refletir e também adaptar-se a novos



conceitos e ideais incorporando matizes que identificam e projetam a identidade de uma sociedade.

No mundo em que vivemos no limiar do século XXI, as muralhas estão longe de ser sólidas e com certeza não estão fixadas de uma vez por todas; eminentemente móveis, parecem aos passantes divisórias de papelão ou telas destinadas a serem reposicionadas mais e mais vezes segundo mudanças sucessivas de necessidades ou caprichos. (BAUMAN, 2003, p. 45).

Às luzes deste século, certas verdades tidas por muralhas sólidas e estanques noutras épocas, mostram-se, agora, maleáveis e moventes. Esta nova essência de conotação eminentemente móvel transparece possibilidades de mudanças sucessivas que podem se motivar tanto por necessidades quanto por caprichos.

2 DA DESIGUALDADE À INCLUSÃO, MECANISMOS DE COMPREENSÃO E SUPERAÇÃO DE OBSTÁCULOS

No mundo contemporâneo, a que Bauman (2004, p. 110) denominou de “líquido”, os indivíduos perderam seus padrões de referência que lhes possibilitavam, ao mesmo tempo, “construir sua vida e se inserir dentro das condições de classe e cidadão”.

Assim, mostram-se imprecisas quaisquer fórmulas outrora utilizadas, pois condicionantes dantes consideradas óbvias, nos dias de hoje conduzem a resultados, quiçá, distintos.

Para Santos (2011, p. 75), “as representações que a modernidade deixou até agora mais inacabadas e abertas são, no domínio da regulação, o princípio da comunidade e, no domínio da emancipação, a racionalidade estético-expressiva”.

Diante de nova perspectiva, ainda que pareça utópica e sonhadora, primeiramente há que se fortalecer a comunidade, “um lugar ‘cálido’, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada”. (BAUMAN, 2003, p. 7).

Fragoso (2011, p. 115), apropriando-se dos ensinamentos de Bauman assevera que:

Viver em comunidade possibilita a experimentação de prazeres que não se encontram mais acessíveis. Todos estão seguros e têm a certeza de que estão livres



de perigos ocultos. Todos se entendem bem, não há a preocupação decorrente da falta de confiança ou da surpresa. Na comunidade pode-se contar com a ajuda alheia sempre que for necessário. A única obrigação na vida comunitária é ajudar uns aos outros.

Nesse sentido, Santos (2011, p. 75) indica que para vislumbrar as virtualidades epistemológicas do princípio da comunidade, duas dimensões devem ser consideradas, quais sejam: participação e solidariedade. No caso da participação, “a colonização deu-se, sobretudo, no contexto do que a teoria política liberal definiu, de forma bastante rígida, como sendo a esfera política (cidadania e democracia representativa)” (2011, p. 75). De outra banda, no caso da solidariedade, “a sua colonização ocorreu, nos países capitalistas desenvolvidos, através das políticas sociais do Estado-Providência, embora também aqui de forma incompleta” (SANTOS, 2011, p. 75).

Objetiva-se equalizar potenciais alinhando características propícias a germinação de novos ideais, restando evidente que tanto a participação quanto a solidariedade desempenham papel imprescindível nesse complexo sistema de inclusão.

Faz-se necessário que se busque instrumentos que viabilizem a comunidade participar do processo de desenvolvimento, tratando da inclusão social, uma vez que conforme relembra Eizirik (2006, p. 38) “excluir faz parte dos códigos de existência. Historicamente, os processos de exclusão acompanham a vida social, institucional, pessoal e até mesmo íntima”. Oliveira abarca a dialética marxiana elucidando que “exclusão e inclusão subordinada são duas faces da mesma medalha, ou melhor, da mesma moeda”. (OLIVEIRA, 2004, 13).

Como a repulsa e não a atração é o principal motor da história, a mudança histórica acontece porque os humanos estão mortificados e irritados pelo que acham doloroso e desagradável em sua condição, porque não querem que essas condições persistam e porque procuram uma maneira de aliviar e reverter seu sofrimento. (BAUMAN, 2003, p. 23).

Bauman (2013, p. 08-09) elucidada que “o que se tende a calcular são os índices “médios” de rendimentos, padrões de vida, saúde etc. Poucas vezes se vê como indicador relevante o grau em que tais índices variam de um segmento da sociedade para outro, assim



como a amplitude da brecha entre os segmentos do topo e os da base.” Pouco se analisa sobre as desigualdades.

A desigualdade e a exclusão têm na modernidade ocidental um significado totalmente distinto do que tiveram nas sociedades do antigo regime. Pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social. A desigualdade e a exclusão têm, pois, de ser justificadas como exceções ou incidentes de um processo societal que lhes não reconhece legitimidade, em princípio. (SANTOS, 2010, p. 279).

Bauman (2013, p. 195) afirma que “a exclusão faz parte da natureza das coisas, é um aspecto inseparável de ser e estar no mundo, uma “lei da natureza”, por assim dizer – de modo que não faz sentido rebelar-se contra ela”.

Nesse contexto, faz-se necessário, na verdade, adaptar-se para compreender e contornar os obstáculos naturais no sentido de que estes, ao invés de barrar, possam impulsionar novas conquistas.

A desigualdade e a exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizada. No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada enquanto que no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e a sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico mas dominado pelo princípio da segregação: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora. (SANTOS, 2010, p. 280).

Sobre tais aspectos, percebe-se a tensão entre “a educação, produtora de igualdade, e a educação, produtora de desigualdade”, ou seja, nesse diálogo, definir quem está dentro ou quem está fora de tais classificações, estimula o estigma e propulsiona uma repartição (des)igualitária de poder. (SCHILLING, 2012, p. 58).

Ou seja, o próprio processo educacional revela-se dotado de um antagonismo que, todavia, não lhe é imanente, pois, em essência, busca o desenvolvimento do ser humano impulsionando ideais igualitários, contudo, o acesso limitado a esse processo acaba por desfigurar seu espírito ao passo que lhe alça a condição pela qual, justamente, é possível ser aferida situações de desigualdades. Ajustando-se o foco neste mundo de múltiplas possibilidades, revela-se imprescindível equalizar instrumentos realmente efetivos.



Destaca-se, ao vislumbrar o panorama geral da sociedade contemporânea que nunca houve tantas possibilidades de inclusão; nunca houve tanto “direito a ter direitos”. Porém, o acesso efetivo a estes mecanismos inclusivos, muitas vezes, se dá pela exclusão e/ou pelo não acesso. Nesse limiar, “sempre que se tenha a exclusão como referencial teórico último, a solução não poderá ir além de propostas, políticas, planos e práticas de inclusão pura e simples das pessoas excluídas, sem qualquer questionamento sobre a sociedade, grupo ou instituição em que se quer incluí-las”. (FERRARO, 2004, p. 14).

Em vez da renúncia a projectos colectivos, proponho a pluralidade de projectos colectivos articulados de modo não hierárquico por procedimentos de tradução que se substituem à formulação de uma teoria geral de transformação social. Em vez da celebração do fim da utopia, proponho utopias realistas, plurais e críticas. Em vez da renúncia à emancipação social, proponho a sua reinvenção. Em vez da melancolia, proponho o optimismo trágico. Em vez do relativismo, proponho a pluralidade e a construção de uma ética a partir de baixo. Em vez da construção, proponho uma teoria crítica pós-moderna, profundamente auto-reflexiva, mas imune à obsessão de desconstruir a própria resistência que ela funda. (SANTOS, 2010, p. 29).

Logo, o estado de efervescência que marca a atual sociedade propicia meios como jamais vistos para fins de promover a inclusão social, pendendo, quiçá ainda frágeis, a germinação de mecanismos capazes de efetivá-los.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS: RESPOSTAS (IN)ACABADAS

Nos meandros que norteiam a caminhada ao encontro da inclusão social, “programas integrados de desenvolvimento infantil podem ser a mais efetiva e simples maneira de auxiliar crianças pobres, sendo a Educação um alimento para o cérebro servindo como espécie de vacina para outros fatores de risco”. (BIRD, 2007).

Sobre o exposto, denota-se que a “utilidade do elemento *programa* é individualizar unidades de ação administrativa, relacionadas aos resultados que se pretende alcançar. Na literatura específica, o programa remete ao conteúdo propriamente dito de uma política pública”. (BUCCI, 2006, p. 40)



Poder-se-ia dizer que as “políticas públicas atuam de forma complementar, preenchendo os espaços normativos e concretizando os princípios e regras, com vista a objetivos determinados”. (BUCCI, 2006, p. 26)

Elucida-se sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), “criado pela Emenda Constitucional n. 14, de 12 de setembro de 1996”, traduz-se em exemplo de política pública. (BUCCI, 2006, p. 18).

O FUNDEF também se valeu do expediente de alteração das Disposições Transitórias para, alterando o seu art. 60, passar a vincular as receitas da educação disciplinadas no art. 212, com vistas à universalização do atendimento à educação fundamental e à remuneração condigna do magistério, em outras palavras, à melhoria das condições da prestação do direito à educação.

É digno de nota o fato de que, em vias de expirar o prazo de dez anos estabelecido na Emenda 14 o governo que sucedeu o seu autor proponha a renovação do programa, agora ampliado para atender também o ensino médio (conforme a proposta original do Poder Executivo, por isso intitulado "Fundo de Educação Básica" - FUNDEB), a educação infantil e as creches, utilizando-se da mesma técnica de alteração das Disposições Transitórias, art. 60, para um objetivo de incremento e redistribuição dos orçamentos da educação do país. (BUCCI, 2006, p. 18).

No cenário apresentado, é preciso examinar o impacto das políticas públicas, uma vez que na contemporaneidade salvaguardam-se os direitos humanos, pesquisa-se a inclusão social, socorrem-se as políticas públicas, porém muitas vezes se desconhece a efetividade e eficácia que estas promovem. Consoante Santos (2010, p. 289), o papel do Estado é crucial, “não como iniciador e sim como executor de políticas”.

A política pública pode ser definida como “um programa ou quadro de ação governamental, porque consiste num conjunto de medidas articuladas (coordenadas), cujo escopo é dar impulso, isto é, movimentar a máquina do governo, no sentido de realizar algum objetivo de ordem pública ou, na ótica dos juristas, concretizar um direito”. (BUCCI, 2006, p. 14).

Ao observar as políticas públicas, faz-se necessário perscrutar a maneira como estas atuam em uma sociedade não mais definida geograficamente⁵, fazendo-se mister a ressalva de

⁵ O geógrafo Milton Santos, na sua obra: *Por uma Geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 40, faz a seguinte observação: “Podemos admitir que existam ainda espaços geográficos cujas características são o resultado de uma interação íntima entre grupo humano e base geográfica. Mas estes casos são cada vez menos numerosos; eles parecem ser o resultado



que as políticas públicas não podem ser pensadas de forma fragmentada, ou até mesmo isolada.

Para Dagnino (2002, p. 159) as características são delineadas como “uma teia de decisões e ações que alocam (implementam) valores; uma instância que, uma vez articulada, vai conformando o contexto no qual uma sucessão de decisões futuras são tomadas; algo que envolve uma teia de decisões ou o desenvolvimento de ações no tempo, mais do que uma decisão única localizada no tempo”.

As fases que sustentam as políticas públicas somam cinco, quais sejam: percepção e definição de problemas; inserção na agenda política; formulação; implementação; e, avaliação.

Fase 1: Percepção e definição de problemas. A primeira condição que se deve fazer presente para que se origine uma política pública, “é transformar uma situação de dificuldade em problema político”.

Fase 2: Inserção na agenda política. Nesta fase elenca-se os problemas e assuntos que chamam a atenção do governo e dos cidadãos. Existem três tipos de agenda política: - Agenda sistêmica: abarcam matérias que incomodam a sociedade, mas que não estão obtendo a atenção do governo. - Agenda governamental ou institucional: abarcam os problemas que estão merecendo atenção do governo. - Agenda de decisão: abarcam os problemas em fase de decisão. Algumas qualidades são apresentadas aos assuntos que ingressam na agenda pública: alcançaram a proporção de crise; adquiriram alguma particularidade; têm aspectos emotivos; parecem ter grande impacto; tocam a assuntos vinculados ao poder e à legitimidade.

Fase 3: Formulação. Nesta fase define-se “a maneira de solucionar o problema político em pauta e a escolha das alternativas a serem adotadas, que se processa na esfera do Legislativo e do Executivo”.

Fase 4: Implementação. “É a fase da concretização da formulação, através de ações e atividades que materializam as diretrizes, programas e projetos, e predominantemente está ao encargo do aparelho burocrático (administração)”.

Fase 5: Avaliação. Nessa fase é possível avaliarmos os êxitos e as falhas do processo de sua implementação. “Ela proporciona retroalimentação (feedback) e pode determinar a continuidade ou a mudança da política”. (SCHMIDT, 2008, 2315-2321).

Além disso, faz-se imperioso dismantelar os escopos de elaboração das políticas públicas, haja vista que frequentemente se destinam a fins eleitorais, andando na contramão dos preceitos éticos e morais. Note-se que muitos destes programas, ditos inclusivos, acabam,

de uma falta de dinamismo social frequentemente denominado, na linguagem corrente, dinamismo geográfico [...]”.



muitas vezes, mascarando o mapa da exclusão social ou, ainda, mascarando os problemas de fundo.⁶

Celso Lafer pôde identificar três fases no processo de elaboração de um plano: a decisão de planejar (uma decisão política); a implementação do plano (também um fenômeno essencialmente político, relacionado à Administração Pública) e o plano em si (única fase que pode ser analisada sob enfoque técnico, com exame econômico do documento escrito). (BERCOVICI, 2006, p. 147)

Anseia-se, em verdade, por certos predicativos, dentre eles a seriedade necessária na elaboração de políticas públicas para que estas atendam ao propósito a que se destinam.

Perpassando pela temática cultural, tais políticas podem ser encaradas de viés distintos mormente paliativos ao passo que inseridas no meio social para o fim de manterem os índices de desigualdades em patamares toleráveis.

No que respeita à desigualdade, a função consiste em manter a desigualdade dentro dos limites que não inviabilizem a integração subordinada, designada de inclusão social pelas políticas estatais. Os direitos sociais e econômicos universais, o rendimento mínimo de inserção social e as políticas compensatórias (“fome zero”, “bolsa-escola”, “abono de família”, assistência social”) são os mecanismos modernos (muito diferentes entre si) para manter a desigualdade em níveis toleráveis. Obviamente, tais níveis variam segundo a intensidade das lutas políticas e a capacidade do Estado e dos media para trivializar a desigualdade. No que respeita à exclusão, a função consiste em distinguir, entre as diferentes formas de exclusão, aquelas que devem ser objecto de assimilação ou, pelo contrário, objecto de segregação, expulsão ou extermínio. (SANTOS, 2010, p. 285).

As políticas públicas “representam o máximo de consciência possível da modernidade capitalista na luta contra a desigualdade e a exclusão/segregação”. (SANTOS, 2010, p. 284).

Repensar as políticas públicas, em especial as políticas de inclusão social, revela-se necessidade de primeira ordem, eis que, potencialmente, reúnem singularidades únicas e insubstituíveis e, inegavelmente, relegá-las representaria um retrocesso nesta dura caminhada

⁶ Este dado pode ser observado no combate a fome no Brasil, através do Programa Fome Zero, extremamente importante no contexto brasileiro, apesar de sofrer fortes críticas, por não observar que boa parte da população pobre é obesa, o que não significa excesso de alimentos, mas sim falta de alimentação e de educação alimentar adequadas.



pela concretização dos ideais de igualdade.

CONCLUSÃO

Sobretudo, não concluir. Resistir à tentação da última palavra, esse traço feito no final das páginas acumuladas (...) Não, não é preciso concluir. É preciso pelo contrário, abrir o círculo; ei-lo tornado em espiral e turbilhão, circularidade em movimento como a própria vida e as ideias.

François Ost

Há eras o processo de conhecimento germinara culminando em práticas educacionais capazes de potencializar a disseminação de ideias. Contudo, na contemporaneidade, fenômenos como o da repetição, demonstram uma fragilidade diante de respostas prontas que denotam alienação.

Nesse sentido, o desenvolvimento social manifestou tendência a evidenciar e solidificar desigualdades, como efeito colateral indesejável. Diante disso, faz-se necessário e imprescindível desenvolver mecanismos educacionais capazes de equalizar e suprimir tais desigualdades.

Para tanto, revelam-se imperiosas as políticas públicas, à medida que somadas às características atinentes ao desenvolvimento social, objetivam, justamente, atuar no campo do processo educacional preenchendo as lacunas deixadas pelo método tradicional, almejando, assim, corrigir as distorções sociais.

Ademais, faz-se imperioso trazer à baila o sentimento de pertencimento, haja vista que o ser humano poderá dar um passo à frente na caminhada do desenvolvimento e da inclusão social, quando compreender que faz parte do processo de evolução da sociedade como ator e não mero espectador.

Por fim, encerra-se o presente artigo fazendo alusão ao início do mesmo, transcrevendo a notória frase de Eduardo Galeno:



A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela afasta-se dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. **Arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Globalização**: as conseqüências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. **Danos Colaterais**: desigualdades sociais numa era global. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **A política das políticas públicas**: progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006. Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: BID, 2007.

BERCOVICI, Gilberto. **Planejamento e Políticas Públicas**: por uma nova compreensão do papel do Estado. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **O conceito de política pública em direito**. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

DAGNINO, Renato. **Gestão estratégica da inovação**: metodologias para análise e implementação. Taubaté: Cabral Editora e Livr. Universitária, 2002.

EIZIRIK, M.F. **Dispositivos de Inclusão**: Invenção ou espanto?. In: Claudio Roberto Baptista. (Org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 1ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 31-42.

FRAGOSO, Tiago de Oliveira. **Modernidade líquida e liberdade consumidora**: o pensamento crítico de Zygmunt Bauman. Rev. Perspectivas Sociais. Ano 1, nº 1, 2011.



MCLUHAN, Marshall; CARPENTER, Edmund. **Revolução na comunicação**. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1974.

MCLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. **O meio são as massa-gens**. Rio de Janeiro: Record, 1969.

MCLUHAN, Marshall; PIGNATARI, Décio. **Os meios de comunicação: como extensões do homem**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Marx e a exclusão**. Prefácio de Alceu R. Ferraro. Pelotas: Seiva, 2004.

OST, François. **A natureza à margem da lei** – Ecologia à prova do direito. Trad. Joana Chaves. Lisboa: Insituto Piaget, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Volume 1. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Volume 4. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SCHILLING, Flávia. **Direitos, violência, justiça: reflexões**. São Paulo, s.n, 2012.

SCHMIDT, João P. **Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos**. In: REIS, J.R.; LEAL, R. G.. (org.). *Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008, Tomo 8.